

**LAURA MONTEIRO MAGALHÃES**

lmagalhaes@psd.parlamento.pt

**DEPUTADA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, COMISSÃO  
DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, PORTUGAL**

## **DESAFIOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A MEDIAÇÃO COMO DIREITO UNIVERSAL**

Tentando responder ao repto que me foi lançado, no sentido de refletir sobre os *Desafios sociais e políticas públicas* olhando a *mediação como um direito universal*, e não ignorando aquele que é o tema deste congresso no sentido de olhar *A Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação* importa referir e sublinhar alguns aspetos que considero pertinentes. Consciente que é uma temática bastante lauta, e podendo correr o risco de ser bastante simplista, pretendo chamar à reflexão alguns contributos que considero pertinentes e acabam também por se tornarem em desafios políticos para nós, que podemos e devemos dar uma resposta diferente da que tem sido dada nesta matéria.

Começo por referir que o processo migratório na Europa foi e é uma constante, originada por diversas causas e fatores: desde as guerras e a violência, os desastres naturais e climáticos, a instabilidade política, social e económica e até a falta de oportunidades nos países de origem. Por outro lado, as oportunidades impulsionadas pela globalização económica, os avanços das comunicações e dos transportes, a difusão de informações sobre níveis regionalmente diferenciados de qualidade de vida e bem-estar tornam-se também eles fatores impulsionadores.

Contudo, o contexto atual é totalmente diferente daquele que se vivenciava há poucos anos atrás. É indubitável que o mundo evoluiu e evolui a uma velocidade estonteante. E neste veloz voluteio a Europa, nomeadamente a União Europeia, é vista por muitos como a concretização de um ideal de vida, principalmente para cidadãos de países terceiros. É vista como um espaço que proporciona paz e segurança, alguma prosperidade económica e, principalmente, é vista como defensora dos valores da democracia e do respeito pelos Direitos Humanos.

Mas não podemos ignorar que a migração populacional pode levar a uma espécie de homogeneização cultural de comportamentos e padrões de vida. Ou seja, a globalização pode proporcionar a eliminação das diferenças culturais espacialmente definidas, onde a globalização da informação também tem o seu contributo na potenciação deste fenómeno.

A partir de meados de 2015, a Europa assistiu à maior deslocação em massa de pessoas, sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial, tendo mais de um milhão de indivíduos pedindo asilo na União Europeia.

Em resposta a isto, Portugal anunciou, nesse mesmo ano, a disponibilidade para o acolhimento, ao longo dos dois anos seguintes, de 4574 refugiados – número que seria posteriormente revisto e aumentado até um máximo de 10.000 indivíduos.

De acordo com o relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas – Programa de Recolocação, entregue na Assembleia da República no passado dia 29 de dezembro, Portugal é o sexto país da União Europeia com maior número de refugiados acolhidos. Porém, cerca de 51% destas pessoas depressa abandonaram o nosso país.

Segundo este mesmo documento, o Governo justifica este abandono com dificuldades ao nível da aprendizagem da língua e da adaptação cultural, bem como a não existência em Portugal de comunidades dos seus países de origem.

Por isso questiono: não teria aqui a mediação um papel preponderante para um desenlace diferente?

O Estado Português não pode ignorar os direitos humanos, e muito menos os impactos positivos e de oportunidade que os movimentos migratórios têm nas sociedades de acolhimento.

Os países europeus são os que mais poderão beneficiar com a entrada de migrantes, repondo equilíbrios demográficos, compensando, assim, as baixas taxas de fecundidade nos países de acolhimento e funcionando como potencial fator de desenvolvimento.

Numa Europa envelhecida, os migrantes podem colmatar lacunas existentes, contribuindo para o desenvolvimento económico das sociedades, para a sustentabilidade do Estado Social, para a diversidade cultural e humana que sempre fez do nosso continente um sonho para milhões de pessoas em busca de novas oportunidades.

Somos diariamente confrontados com a ambivalência entre a defesa dos direitos humanos e o medo indefinido do “outro”, do desconhecido.

Há necessidade de desenvolver um trabalho em rede, assente em parcerias entre o sector público com a sociedade civil, ajudando a efetivar

respostas integradas e específicas para as diferentes necessidades que envolvem os processos de integração e inclusão. E estas respostas passam necessariamente pela educação, pela capacitação e pelo incentivo à cidadania.

E mais uma vez questiono: e a Mediação, também não é isto? Entre muitas outras características, a Mediação é ou não é Educação, capacitação e cidadania?

Recentemente o atual Secretário Geral das Nações Unidas, o Senhor Engenheiro António Guterres, numa intervenção pública referiu o seguinte: “a posição dos governos deve passar por gerir a riqueza da diversidade e firmar um sentimento de pertença, o que implica um forte investimento, político, económico, social, cultural, de Estados, autarquias e sociedades civis”.

As políticas económicas e sociais terão necessariamente de atender a estes novos desafios, aos desafios da diversidade e às oportunidades que são proporcionadas por esta globalização. Não aproveitar o potencial da diversidade constitui um risco real de que o custo da não integração seja mais elevado do que o custo do investimento em políticas de integração.

E volto a questionar: e quem melhor do que a Mediação para gerir todo este processo?

Sejamos claros, a Mediação assume-se como sendo um princípio unificador que proporciona um quadro de interação entre os diferentes eixos, com enfoque na integração, na coesão e no fortalecimento dos laços sociais.

Numa época em que as discriminações, os preconceitos, o racismo e a xenofobia estão a aumentar, existem imperativos legais, morais e económicos para defender os direitos, os valores e as liberdades fundamentais e para continuar a lutar por uma sociedade globalmente coesa. E nessa perspetiva, investir em recursos e nas políticas de integração contribuirá, a longo prazo, para tornar a Europa numa sociedade ainda mais próspera, coesa e inclusiva.

Acredito que a Mediação tem de ser a pedra basilar de todo este processo, tornando-se por isso um direito das populações. Considero que através da Mediação será possível integrar mais e melhor as diferentes comunidades e ter uma resposta mais eficaz às situações de exclusão. Exclusão essa que não é compatível com valores sociais ou com o modelo europeu. Pois, é através da Mediação que é possível promover e facilitar uma comunicação mais eficiente, com uma visão dinâmica das relações humanas e com uma valorização das diferenças, procurando áreas convergentes entre os envolvidos.

É imperativo dar uma resposta sólida, coerente e transversal que permita o início de um caminho que sabemos que é lento, mas crucial para a coesão social. E sejamos claros, a interculturalidade constitui um eixo essencial de desenvolvimento das comunidades contemporâneas. Haja, para isso, ousadia para fazer diferente!

Citação

Magalhães, L. M. (2019). Desafios sociais e políticas públicas: a mediação como direito universal. In A. M. Costa e Silva, I. Macedo & S. Cunha (Eds.), *Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação* (pp. 431-434). Braga: CECS.